

---

## *O anticomunismo nas encruzilhadas do autoritarismo e da democracia: a conjuntura 1945-1947*

*Carla Simone Rodeghero\**

---

**Resumo:** O texto reconstitui parte dos embates políticos que marcaram a conjuntura do final do Estado Novo e início do governo de Eurico Gaspar Dutra, tomando como foco a cidade de Porto Alegre. Concentra-se na análise de três processos que se desenvolveram entre 1945-1947: a) as mobilizações que marcaram a primeira metade do ano de 1945 e a forma como se referiam à necessidade de manutenção da ordem e de construção da unidade nacional; b) o grande número de greves ocorridas em 1945 e 1946, em torno das quais foram captados argumentos anticomunistas; c) as medidas repressivas adotadas no início do governo Dutra. Procura-se mostrar a importância do anticomunismo na transição entre um clima de abertura que marcou o ano de 1945 e, outro, de retomada da repressão aos comunistas e às manifestações populares em geral (1946 e 1947).

**Palavras-chave:** anticomunismo, Partido Comunista do Brasil, redemocratização pós-Estado Novo.

**Abstract:** The text reconstitutes part of the political conflicts that marked the conjuncture of the end of the Estado Novo and beginning of the government of Eurico Gaspar Dutra, focusing the city of Porto Alegre. It is concentrated in the analysis of three processes that were developed between 1945-1947: a) the mobilizations that marked the first half of the year of 1945 and the relations between them and the necessity of maintenance of the order and construction of the national unit; b) the great number of strikes in 1945 and 1946, around which anti-communist arguments had been caught; c) the adopted repressive measures at the beginning of the Dutra government. It looks to show the importance of the anticomunism in the transition between an opening climate that marked the year of 1945 e, another one, of retaken of the repression to the Communists and the popular manifestations in general (1946 and 1947).

**Key words:** anticomunism, Communist Party of Brazil, democratization after Estado Novo.

---

\* Doutora em História; professora no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). *E-mail:* carlasr@cpovo.net

Este texto reconstitui parte dos embates políticos que marcaram a conjuntura do final do Estado Novo e do início do governo de Eurico Gaspar Dutra, tomando como foco a cidade de Porto Alegre e tendo como contraponto a capital federal, o Rio de Janeiro.<sup>1</sup> Procura mostrar que o anticomunismo foi um dos elementos centrais na transição entre um clima de abertura (o ano de 1945) e outro, de retomada da repressão aos comunistas e às manifestações populares em geral (1946 e 1947). Para tanto, descreve e analisa situações nas quais o anticomunismo se manifestava. Mostra como as representações sobre o perigo comunista se compunham com aquelas ligadas à necessidade de um retorno à democracia e/ou à necessidade de circunscrevê-la.

Analisa o período usando a metáfora da encruzilhada para iluminar um momento em que se cruzavam experiências, expectativas e projetos conflitantes e no qual diferentes grupos procuravam caracterizar o novo tempo vivido. No último ano do Estado Novo e nos dois primeiros do governo Dutra, vários protagonistas políticos manifestaram dúvidas a respeito das aproximações e oposições entre aquilo que era designado como democracia e o que era tido como ditadura e, especialmente, a respeito das composições de ambas com o comunismo e com o fascismo. A encruzilhada se colocava como um momento de parar e decidir por qual caminho o País seguiria. A própria caracterização dada às vias que se cruzavam – a da democracia e a da ditadura – variava de acordo com cada grupo.

Será visto ao longo do texto que para os comunistas a ditadura significava o golpismo, a sobrevivência do fascismo, o fechamento do Partido Comunista do Brasil (PCB) e, a partir de 1947, as maquinacões do imperialismo norte-americano. Democracia, por sua vez, seria a efetivação do quadro desenhado desde 1943 e defendido por Prestes ao sair da prisão depois da anistia, a União Nacional: o esforço conjunto de todos os interessados na manutenção da ordem, no apoio a Getúlio Vargas, na derrota completa do fascismo e na solução de problemas como a carestia de vida. Neste quadro, cabia a livre-organização do PCB, sua participação nas eleições, sua voz nos parlamentos, a possibilidade de fazer comícios, organizar células, publicar jornais, enfim, fazer parte do jogo político e influenciar a opinião pública. Outros grupos políticos, no entanto, desenhavam um mapa no qual o comunismo e o PCB representavam uma via que se chocava com aquela da democracia e dos novos tempos. Daí uma característica peculiar do anticomunismo deste período: ele estava intimamente ligado às questões colocadas pelo nazismo, pelo fascismo e pela ditadura de Vargas.

## 1 Todos os caminhos parecem abertos: a efervescência política de 1945

Através das páginas do *Correio do Povo* é possível reconstituir discussões e mobilizações acontecidas em Porto Alegre em 1945 em torno de temas como a anistia, a derrota do nazi-fascismo, o retorno da Força Expedicionária Brasileira (FEB) ao Brasil, a libertação de Luiz Carlos Prestes, a legalização do Partido Comunista, a sucessão presidencial, etc. No tratamento dado pelo jornal a tais temas pode-se captar, nesse primeiro momento, uma presença reduzida do discurso anticomunista.

No noticiário dos primeiros meses de 1945 estava inscrita a constatação de que novos tempos se aproximavam. A primeira página dos exemplares do *Correio do Povo* destacava os avanços aliados na Europa e, logo a seguir, anunciava o final da Guerra. Entre as notícias que se referiam ao Brasil, várias delas transcritas de jornais cariocas, algumas se referiam a Luiz Carlos Prestes. Anunciavam as primeiras entrevistas que ele teria dado – ainda na prisão –, sua libertação, seu ponto de vista a respeito da situação da política nacional. Prestes era representado como “o cavaleiro da esperança”, um grande “líder popular”, o “líder das forças progressistas nacionais”, “um dos chefes políticos de maior responsabilidade entre nós”, “acatado pela maioria anti-fascista”. Em tais comentários, transparecem as expectativas em torno da liderança do Secretário-Geral do PCB, no que diz respeito à sua contribuição para a definição dos passos que o Brasil deveria dar rumo à democracia, adequando-se à tendência representada pelos sucessos dos Aliados na Guerra.

O entusiasmo pelo final da Guerra pôde ser sentido pelo grande número de mobilizações de rua que aconteceram em Porto Alegre entre abril e maio de 1945 e pela publicação de manifestos por várias entidades de classe que tinham núcleos organizados na cidade, como a Ordem dos Advogados do Brasil, a União Estadual dos Estudantes, a Associação Brasileira de Educação, a Associação Brasileira de Imprensa (*Correio do Povo*, 19, 20, 24 de abril e 3 de maio). O ímpeto de mobilização, organização e proposição de saídas para o País que marcava estas manifestações, no entanto, era acompanhado freqüentemente por apelos à manutenção da ordem. Os exemplos que seguem – e que têm como protagonistas estudantes, membros da FEB e o próprio PCB – são ilustrativos disso.

Em 28 de maio de 1945, os estudantes da Faculdade de Direito, da Universidade de Porto Alegre, através do Centro Acadêmico André da Rocha publicaram uma nota alertando sobre a ameaça à democracia brasileira representada pela Carta do Integralismo à Nação (*Correio do Povo*, 28.05.45, p. 8). Tal Carta fora publicada nos principais jornais do País naquele mesmo mês, contando com 103 signatários, entre os quais estavam as principais lideranças da Ação Integralista Brasileira. Visava, entre outras coisas, a reverter o ambiente de hostilidades ao integralismo. O apelo à união e ao esquecimento dos ódios e das divisões também se fazia presente na mencionada carta. Os estudantes, reunidos em Assembléia Geral, resolveram protestar contra “os males que se encontram por trás das patriotadas de última hora dos adeptos do sigma”, da “ala extrema do fascismo brasileiro”. Esta “confraria da reação”, segundo a nota dos estudantes, “pretende ferir o ambiente vivo de democratização do país”. Frente a isso, apelaram para uma atitude de vigilância: “se de muitos a democracia exige o sangue, de todos, ela exige a vigilância das manobras fascistas, na luta pela vitória completa do direito sobre o arbítrio da opressão totalitária”.

A cautela em relação ao momento vivido aparece nas declarações de uma comitiva de comunistas gaúchos que visitou a redação do *Correio do Povo*, no final de junho de 1945 (28.06.45, p. 8).<sup>2</sup> Na ocasião, declararam que fariam “todo o possível para contribuir com uma solução unitária, pacífica e democrática para o problema político brasileiro” e que se colocariam pela “União Nacional, pela aliança entre o proletariado, a burguesia progressista e os camponeses, uma força capaz de conduzir a nossa grande pátria à sua emancipação política e econômica, sem perturbações da ordem, sem choques e sem atritos”.

A União Nacional, por sua vez, foi tema de mensagem enviada da Itália por oficiais da FEB, dirigida à Liga de Defesa Nacional (LDN), em julho de 1945 e publicada no *Correio do Povo* (12.07.45, p. 6). Depois de reverenciar o trabalho que vinha sendo feito pela LDN e de opor a “família brasileira” aos “sabotadores internos, agentes nazi-integralistas”, “elementos confusionistas, forjadores de vãs intrigas”, a mensagem defendia a importância de acelerar “o processo de União Nacional, já profundamente enraizado no coração dos brasileiros honrados e conscientes, na preparação das condições nacionais para os próximos problemas do após-guerra, cuja acertada solução encontraremos exclusivamente num clima de fraternidade interna...”

Nos exemplos apresentados é possível perceber a presença de protagonistas importantes da cena política brasileira na primeira metade de 1945. Os estudantes, através das suas organizações, lideradas pela União Nacional dos Estudantes (UNE), foram uma das forças a pressionar o governo para uma participação mais direta na Guerra; a Liga de Defesa Nacional, a quem o manifesto dos oficiais da FEB é dirigido, apesar de ser uma entidade criada no início do século, se tornou, na conjuntura da Guerra, um importante espaço de atuação dos opositores do Estado Novo;<sup>3</sup> a própria FEB, conforme será melhor discutido adiante, corporificava para muitos o espírito de novos tempos, nos quais a democracia era uma exigência; os comunistas, por sua vez, serão uma das forças políticas com crescimento e inserção popular consideráveis no breve período em que o PCB desfrutará da legalidade.

Por outro lado, pode-se ver que os apelos à ordem, à vigilância, à unidade, à fraternidade estavam associados a alguma concepção de “União Nacional”. No caso do PCB, é importante lembrar que a forma como Prestes viu e encaminhou a questão da União Nacional não foi consensual entre todos os militantes comunistas. A definição do que seria esta União e os seus possíveis desdobramentos estiveram intimamente ligados à sensação de encruzilhada vivenciada por aqueles protagonistas.

Em completa ilegalidade, em agosto de 1943, foi realizada a II Conferência Nacional do Partido, que ficou conhecida como Conferência da Mantiqueira, na qual saiu vitoriosa a tese da União Nacional: “os comunistas deveriam dar apoio incondicional à política de guerra travada pelo governo Vargas e lutar pela anistia, pela normalização institucional do país e pela legalização do PCB”. (PANDOLFI, 1995, p. 138). Naquele momento, e nos anos anteriores, a defesa de tal tese causava descontentamento e perplexidade em muitos comunistas, tendo em vista que o Estado Novo, capitaneado por Vargas, dizimara o partido, prendera e torturara muitos dos seus militantes.<sup>4</sup> Havia ainda as questões pessoais que opunham Prestes a Vargas, mas o primeiro fez o possível para convencer os companheiros da justeza da tese, além de dizer que seu ódio por Vargas não deveria interferir no espaço público, da política. (p. 139).

No quadro de abertura que se desenhava no início de 1945 – calendário eleitoral, anistia, legalização do PCB – os comunistas passaram a defender que

o primeiro passo para a implantação do regime democrático deveria ser a instalação de uma Assembléia Nacional Constituinte [...]. O passo seguinte deveria ser a eleição do presidente da República, dos governadores e das câmaras legislativas estaduais. Em última instância, essa proposta implicava que Vargas permanecesse na presidência da República ainda por um longo período. (PANDOLFFI, 1995, p. 140-141).

Essa postura fez com que o partido se colocasse na contramão de um movimento de oposição que desejava, antes de qualquer coisa, a garantia de que o ditador não tentaria se manter no poder. Aliar-se a Vargas ou combatê-lo eram duas opções disponíveis naquela encruzilhada. O PCB e Prestes optaram pela primeira.

Como acontecera em 1943, também em 1945, não houve unanimidade entre os membros do partido sobre ser este o melhor caminho a percorrer. Um exemplo disso pode ser captado na trajetória e nos posicionamentos do militante comunista e historiador paulista, Caio Prado Júnior, os quais serão aqui mencionados por permitirem elucidar os dilemas da restauração da democracia brasileira, a partir de 1945. O historiador Paulo Teixeira Iumatti explorou com maestria um material até então inédito: os diários políticos de Caio Prado Júnior, notas escritas para consumo do próprio intelectual e que permitem reconstruir importantes embates da política brasileira em 1945, da participação dos comunistas e também da presença do anticomunismo. (IUMATTI, 1999).

Iumatti mostra que já antes da libertação de Prestes, Caio Prado tivera importante protagonismo na busca de uma coligação das correntes oposicionistas brasileiras. No início de 1945, os comunistas encontravam-se divididos em diversos grupos, estando entre os mais importantes o Comitê de Ação (na maioria, profissionais liberais e intelectuais paulistas) e a Comissão Nacional de Organização Provisória (Cnop) (grupo sediado no Rio e que fecharia posição com Prestes).

Os cnopistas, alinhando-se à URSS, propugnavam o apaziguamento de todos os conflitos sociais a fim de que Vargas fosse apoiado em seu esforço de guerra contra o fascismo, enquanto os comunistas do Comitê de Ação mostravam-se mais propensos a aliar-se às demais correntes opositoras pela derrubada do ditador e a colocar-se ao lado dos trabalhadores em suas reivindicações imediatas. (IUMATTI, 1999, p. 48).

Caio Prado era importante líder deste segundo grupo. O primeiro grupo mencionado foi o vencedor na reorganização do partido.

Nesse quadro, a aproximação entre Prestes e Vargas acabou causando apreensão e ansiedade em parte da militância comunista, numa ampla gama de simpatizantes e em diversas correntes oposicionistas. Por outro lado, se a princípio, Caio Prado e seu grupo viam com esperanças a candidatura de Eduardo Gomes e as perspectivas da União Democrática Nacional (UDN), aos poucos, começaram a perceber uma tendência golpista no seio da oposição, bem como o caráter de cúpula do jogo político, que estava se caracterizando pela exclusão das massas populares.

Iumatti considera que naquele momento se vivia “um contexto de avanço de uma sensibilidade de esquerda e de ênfase na legalidade”. (p. 51). Estava em questão para os comunistas como aproveitar um quadro no qual os comícios de Prestes eram assistidos por dezenas de milhares de pessoas e no qual a “participação decisiva da União Soviética na Guerra continuava a conferir cartaz aos comunistas”. (p. 81).

Em Porto Alegre, por exemplo, a libertação de Prestes, que estava preso há nove anos, foi bastante festejada. No começo de maio, os porto-alegrenses puderam ouvir a transmissão do comício que Prestes fizera no Estádio São Januário, no Rio de Janeiro, através de alto-falantes que foram instalados no Largo da Prefeitura. (CP, 22.05.45, p. 7). Na segunda quinzena do mês, o Cinema Vera Cruz anunciou que, antes da programação normal, os seus freqüentadores poderiam ouvir “Prestes falando ao povo brasileiro”. (CP, 20.05.45, p. 11). O Clube de Cultura Popular, por sua vez, divulgou que estaria promovendo uma palestra, proferida pelo senhor Jorge Bahlis, cujo tema seria Luiz Carlos Prestes. (CP, 27.05.45, p. 5). Prestes esteve em Porto Alegre no final de setembro de 1945 para vários comícios.

Mas, ao mesmo tempo em que havia espaço para o crescimento desta “sensibilidade de esquerda”, começava a surgir um movimento de reação aos comunistas, partindo de setores conservadores da grande imprensa do centro do País e das oposições, como Macedo Soares, do *Diário Carioca*, e Assis Chateaubriand, dos *Diários Associados*, os quais passavam a assustar a burguesia com uma suposta aliança entre Prestes e Vargas. Segundo este ponto de vista, tal aliança também estaria se manifestando através do movimento queremista e da deflagração de um grande número de greves, desde a primeira metade de 1945. As greves levariam a um impasse que faria parte de uma manobra golpista de Vargas. O presidente, assim, estaria habilmente usando a seu favor o medo do comunismo.

Se os setores conservadores criticavam Vargas pela aproximação com Prestes, a oposição liberal e certos militantes comunistas, como Caio Prado Júnior, criticavam Prestes pela aproximação com Vargas, mostrando – os últimos – preocupação com o desperdício da oportunidade vivida pelo PCB e pelo Brasil e vendo nesta aproximação um processo limitador das possibilidades de ascensão política das classes trabalhadoras.

Daí a dificuldade dos liberais e de alguns comunistas – e mais tarde de muitos analistas daquele período influenciado pelo marxismo – de entenderem e aceitarem um movimento como o do quererismo, que começava a ganhar força no primeiro semestre de 1945.

O movimento que, segundo Jorge Ferreira, surgiu de forma um tanto espontânea, foi ganhando corpo com o apoio recebido do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), do Departamento Nacional do Trabalho (do Ministério do Trabalho), bem como de empresários favoráveis a Vargas. (FERREIRA, 2003, p. 19). Teve como um dos seus episódios o confronto de rua entre jovens universitários que se opunham a Vargas e populares que o defendiam, nas ruas do Rio e de Belo Horizonte. A partir da metade de 1945, cresceu em termos organizacionais com a criação do Comitê Pró-Candidatura de Getúlio Vargas e com a realização de comícios.

O autor mencionado considera que o quererismo se apresentou como um paradoxo para a tradição intelectual dos liberais ou das esquerdas: como entender que “cai a ditadura, mas cresce o prestígio do ditador?” (FERREIRA, 2003, p. 15). Para Ferreira, todavia, o quererismo “expressou uma cultura política popular e a manifestação de uma identidade coletiva dos trabalhadores, resultado de experiências vividas e partilhadas entre eles, ao mesmo tempo políticas, econômicas e culturais, antes e durante o ‘primeiro governo’ Vargas”. (2003, p. 15). Nas manifestações dos quereristas ficaria claro o temor de que, com a saída de Vargas, os benefícios da legislação social fossem suprimidos.

Antes mesmo que comitês em favor da candidatura de Vargas fossem organizados em Porto Alegre e em outras cidades do Rio Grande do Sul, já era possível perceber que o prestígio de Vargas era grande na capital gaúcha.<sup>5</sup> Um exemplo disso pode ser retirado do relato da comemoração da queda de Berlim. Na noite de 2 de maio aconteceram manifestações populares, ao final das quais se formou uma comissão que foi até a redação do *Correio do Povo* e pediu para que fosse publicada uma nota sobre o acontecido. Na nota, fica dito que os manifestantes, que se designam “o povo porto-alegrense”, percorreram as ruas da capital dando vivas a

Getúlio Vargas e à FEB, “demonstrando, assim, que os homens desta terra sabem ser sinceramente gratos a quem guiou o Brasil nesses anos conturbados da guerra”. (03.05.45, p. 2).]

Para os opositores de Vargas a relação dele com os trabalhadores era um tema de difícil assimilação, o mesmo se pode dizer sobre a volta da FEB e a continuidade ou queda do Estado Novo. Francisco Ferraz, em estudo recente, revela que havia expectativas contraditórias no cenário político brasileiro a respeito do impacto produzido pela volta dos expedicionários. Segundo o autor, foi a imprensa brasileira que propagou a idéia da FEB “como símbolo das tropas da democracia”, sublinhando a “incompatibilidade entre uma tropa que derrotou o fascismo e a ditadura doméstica”. (FERRAZ, 2004, p. 371). O autor também mostra que a volta da FEB preocupava menos Vargas do que as principais autoridades militares brasileiras, como os Generais Dutra e Góis Monteiro. Eles e outras lideranças políticas

acompanhavam preocupados a volta dos comunistas às ruas e aos comícios, cujos discursos sublinhavam, para praças e estádios lotados, que a FEB expressava a luta antifascista e que seus membros, quando retornassem, continuariam a luta do proletariado contra o que sobrasse do fascismo brasileiro e de seus aliados conservadores: antigos sócios e fiadores da ditadura do Estado Novo que de modo oportunista se colocavam agora na oposição a Vargas. (FERRAZ, 2004, p. 371).

A recém-criada UDN, por sua vez, anunciava que com a vitória da FEB não haveria mais motivos para que Vargas se mantivesse no poder.

A estratégia de rápido licenciamento dos convocados teria evitado, segundo Góis Monteiro, “que a massa dos expedicionários pudesse ser envolvida pelos comunistas, cada vez mais próximos de Vargas”. (FERRAZ, 2004, p. 372). Ficou claro, ainda para o mesmo autor, que apesar da maioria dos oficiais da FEB ser contrária ao Estado Novo e a Vargas, o grosso da tropa tinha uma posição diferente. As festividades de recepção dos expedicionários se constituíram em “verdadeira celebração do prestígio de Getúlio, que via nos soldados da FEB apoiadores fiéis, em vez de tropas prontas para derrubá-lo”. (p. 373).

No entanto, é preciso também levar em conta que a maioria esmagadora dos expedicionários, convocados entre as classes populares, estava bastante alheia às idas e vindas da política internacional e interna

e que a volta para eles tinha um sentido diferente do que as expectativas que sobre ela recaíam.

Em 8 de maio, o *Correio do Povo* relata a forma como se deu em Porto Alegre a comemoração da total capitulação da Alemanha, com a vitória dos Aliados. (p. 5). A cidade, num relâmpago, teve sua fisionomia transformada. Com a saída dos colégios, organizou-se uma passeata estudantil. Os estudantes escreveram, com barras de giz, as palavras “paz” e “vitória”, pelas paredes, portas, andaimes, ruas e calçadas. As aulas da tarde foram canceladas, assim como o trabalho em muitas repartições e estabelecimentos comerciais. À noite, diversas entidades organizaram um comício. Entre elas estavam a Liga de Defesa Nacional, o Movimento Democrático Trabalhista, a União Estadual de Estudantes, a Ala Democrática 14 de julho.

A multidão, “uma das massas populares mais imponentes que até hoje se pôde presenciar nesta capital”, reuniu-se defronte à Liga de Defesa Nacional e dirigiu-se à Praça da Alfândega, sendo aclamada pelo povo nas janelas, ruas e calçadas. Em frente ao Palácio do Governo, realizou-se um comício. Entre os oradores, é possível distinguir dois dos futuros deputados eleitos pelo PCB, Júlio Teixeira e Pinheiro Machado. O relato termina com uma lista de solicitações que a LDN faz ao povo no sentido de organizar as comemorações da vitória. Entre elas, podem ser citadas: o apelo ao embandeiramento das cidades e vilas; o anúncio da vitória através das sirenes das fábricas e os sinos dos templos; a circulação de bondes e automóveis com flâmulas e pequenas bandeiras do Brasil e dos aliados; a organização, pelo comércio, de um concurso de *vitrines*. Anunciam-se, na mesma ocasião, as atividades da Semana da Vitória. Nela, o dia 9 seria dedicado aos Estados Unidos e o dia 11, à Rússia. O encerramento se daria com uma missa campal no Parque Farroupilha. A mesma LDN divulgou em julho, entre as atividades da Semana da Pátria, um concurso alusivo à vitória aliada na Europa (*CP*, 19.07.45, p. 3). No mesmo mês, compartilhando desse clima de vitória, aconteceu a visita do General Mark Clark, comandante do V Exército Aliado, na Itália, a Porto Alegre. (*CP*, 24.07.45, p. 10).

Se a tônica dos primeiros meses de 1945 parece ser a abertura de horizontes e uma redemocratização que começava a ser vivida, antes mesmo de extintos os instrumentos legais que sustentavam a ditadura, como a Constituição de 1937 e o Tribunal de Segurança Nacional, na metade do ano as páginas do *Correio* começam a mostrar indícios de anticomunismo de origem católica, como que na contramão do clima antes descrito.

É o caso da concentração católica que aconteceu em Porto Alegre, no dia 15 de agosto, oportunidade na qual também foi instalada oficialmente a Liga Eleitoral Católica, “órgão que orientará fora e acima das lides partidárias, o exercício do dever político dos católicos”. (CP, 07.08.45, p. 1). Na oportunidade foi lido o Manifesto do Episcopado Brasileiro e também o documento produzido pelos bispos gaúchos, a *Carta Coletiva sobre o Comunismo*, datada de 15 de julho. Segundo matéria paga, publicada no *Correio do Povo*, teriam comparecido 50 mil pessoas a essa manifestação. A campanha anticomunista teve continuidade através de irradiações diárias promovidas pela Liga Eleitoral Católica (LEC) e pela publicação de artigos pagos no mesmo jornal.

Apesar de a Carta não mencionar direta ou indiretamente a ação comunista no Rio Grande do Sul, não faltariam motivos mais concretos para preocupar a Igreja gaúcha.<sup>6</sup> O processo de reorganização do PCB na capital e em diversas cidades do interior já era intenso na metade de 1945. Além disso, foi alta, especialmente em Porto Alegre, a votação do partido nas eleições daquele ano para presidência da República, Senado e Câmara Federal. Abílio Fernandes foi eleito deputado federal pelo PCB gaúcho. (NOLL; TRINDADE, 1995, p. 22, 25, 28).

Talvez como repercussão destes bons resultados, todo o ano de 1946 foi marcado, em Porto Alegre, por um frenético trabalho de organização e propaganda do partido, que se intensificou ainda mais no final do ano em preparação à eleição de janeiro de 1947, na qual três comunistas foram eleitos para a Assembléia Legislativa.

## 2 A tênue fronteira entre a ordem e a subversão

O ano de 1945 e o início de 1946 foram marcados por um aumento do número de greves tanto em Porto Alegre quanto em outras cidades do estado e do País.<sup>7</sup> Um levantamento realizado em 1981 por pesquisadoras do Instituto de Estudos Sociais, Políticos e Econômicos da PUCRS revela que aconteceram 15 greves no Rio Grande do Sul em 1945, todas no mês de abril; 14 em 1946, nos meses de janeiro, fevereiro e dezembro; e seis no ano seguinte, concentradas em janeiro e março. (PETERSEN et al., 1981).<sup>8</sup>

Entre as quinze greves de 1945, dez aconteceram em Porto Alegre, sendo que duas delas – a dos ferroviários e bancários – se expandiram para outras cidades. As outras cinco se deram no interior do estado. No conjunto dos movimentos, estavam envolvidas as seguintes categorias

profissionais: ferroviários, Carris, funcionários municipais, metalúrgicos, limpeza pública, portuários, construção civil, indústria do fumo, transportes coletivos, mineiros, bancários e gráficos. A reivindicação mais comum foi a de aumento salarial em torno de 40%. Mesmo que a pesquisa mencionada tenha conseguido descobrir os resultados de apenas metade das greves, por esses dados foi possível concluir que “as concessões aproximaram-se muito das solicitações”. (p. 30). Isso porque ao invés de coibir os grevistas, o governo estadual apelava para o sentimento de responsabilidade social dos trabalhadores.

É o que se vê, por exemplo, na cobertura que o *Correio do Povo* deu às greves de abril de 1945, como aquela dos funcionários da Carris em Porto Alegre e a dos ferroviários, em diversos municípios do estado. Em ambas, as soluções teriam sido encontradas por meio da intermediação de autoridades, como a do prefeito de Porto Alegre e do Diretor da Viação Férrea do Rio Grande do Sul, a quem os trabalhadores teriam demonstrado confiança e gratidão.

O Diretor da Viação Férrea se mostrou magoado ao responder a telegrama que lhe fora enviado de Santa Maria, por meio do qual uma representação dos ferroviários mostrava que “nossos vencimentos são insuficientes para atender ao alto custo de vida. A fome e a miséria rondam constantemente nossos lares”. (CP, 06.04.45, p. 4). Por esta razão, os trabalhadores se declaravam em “greve pacífica, visto que nosso governo esqueceu de que também somos filhos desta querida pátria”. É possível perceber nestas poucas palavras três referências à conjuntura vivida: a greve é caracterizada como pacífica, num momento em que a Nação se unia na luta contra um inimigo comum, no exterior; a Guerra mostrava suas repercussões no aumento do custo de vida, fazendo com que até antigos servidores do Estado, como os ferroviários, pressentissem a miséria à porta de suas casas. Finalmente, é possível ver na referência à Pátria uma adesão ao clima de conagração que marcou o início de 1945.

Esta última referência também foi mobilizada pelo Diretor da Viação Férrea ao responder ao telegrama dos grevistas, alertando os mesmos para que “como brasileiros” meditassem sobre a gravidade da atitude que assumiram, pois “com ela cooperam, neste instante, embora involuntariamente, para dar alarmantes características à agitação que precede à reconstitucionalização do país, permitindo que os espíritos facciosos procurem emprestar outros intentos ao que é uma reivindicação por salários”. (CP, 06.04.45, p. 8). Em nota oficial, o interventor federal, tenente-coronel Ernesto Dornelles, acusou o movimento de estar sendo

desvirtuado “devido à intromissão de elementos agitadores, interessados em perturbar a ordem e desorganizar os serviços essenciais à população impedindo, assim, o bom entendimento entre empregados e empregadores, o qual deve processar-se em ambiente de calma e ponderação”. (CP, 07.04.45, p. 8).

Que patrões e autoridades vejam “espíritos facciosos” se aproveitando de movimentos grevistas ou a intromissão neles de “elementos agitadores” não é necessariamente uma novidade do período analisado. O que parece ser específico dele é a construção de um certo consenso a respeito da necessidade da manutenção da ordem e da calma. Outras manifestações em torno das greves de abril de 1945 comprovam isso.

Um manifesto assinado por um grande número de dirigentes sindicais gaúchos, publicado no *Correio do Povo* no dia seguinte aos dois telegramas referentes à greve dos ferroviários, apela para “o espírito de lealdade e patriotismo que tem caracterizado os trabalhadores conscientes, para que, em face do grave momento que estamos vivendo, se mantenham na mais absoluta ordem” e que aguardem com paciência e serenidade as medidas que estão sendo tomadas pelo governo (CP, 07.04.45, p. 2).<sup>9</sup> Os estudantes da Faculdade de Filosofia da Universidade de Porto Alegre também se manifestaram na imprensa a respeito do “palpitante assunto da greve dos ferroviários, operários da Carris, mineiros e portuários”. (p. 7). Ao mesmo tempo em que ofereceram solidariedade e inteiro apoio aos movimentos, recomendaram “aos grevistas que se mantenham dentro do mais alto espírito de ordem, evitando qualquer espécie de provocação”.

Como as greves não tinham como palco apenas o Rio Grande do Sul, elas eram tema tratado com intensidade pela imprensa do centro do País, com parte da qual, o *Correio do Povo* procurava estar sintonizado. Um exemplo disso é a apresentação, em 10 de abril, de artigo que fora publicado no *Jornal do Comércio* do Rio de Janeiro, segundo o qual o surto de greves revelaria a ausência de autoridade da parte do governo. (p. 9). Ao denunciar que “o poder público está hoje ausente ou se agita propositalmente para aumentar a confusão desorientadora dos espíritos que ainda raciocinam”, o articulista queria chamar a atenção para uma pretensa conivência do governo federal com o quadro das greves. Segundo ele, “as greves se sucedem e se preparam dentro de um regime que as proíbe expressamente, na plena vigência de uma legislação que prevê o modo de resolver o menor desencontro de opinião ou o maior dissídio coletivo entre empregados e empregadores”. Vê-se, aqui, a associação entre o governo Vargas e as greves, marcada pela omissão.

O tempo vivido é caracterizado como um terreno pantanoso, não-sedimentado. A encruzilhada tem os seus riscos, pois a partir dela se poder avançar ou retroceder, como fica claro na conclusão do artigo do *Jornal do Comércio*:

Nessa contingência, todos os resíduos de um regime em decomposição hão de vir à tona, saturando de miasmas a atmosfera política e social do país, pela conturbação dos espíritos agitados por ódios, reivindicações e interesses. Não é possível, neste terreno convulso, plantar com calma e colher com êxito.

Aos dois candidatos, Dutra e Eduardo Gomes, apela-se para que “busquem a solução que assegure a ordem em todo o território nacional, com a remoção dos elementos que talvez não trepidem em incendiar deliberadamente a casa com esperança de colher os remanescentes do escombros”.

As greves de 1946, no Rio Grande do Sul, tiveram entre suas reivindicações aumento salarial, pagamento de horas extras, estabilidade no emprego, não-punição aos grevistas, direito à sindicalização, etc. Seis dos 14 movimentos aconteceram em Porto Alegre; sete no interior. Houve ainda uma oitava greve, a dos bancários, que iniciou na capital e se expandiu por 29 cidades do interior. Esta greve durou 20 dias. Outras, também foram prolongadas como a dos mineiros de São Jerônimo, Butiá e Arroio dos Ratos (36 dias) e a dos metalúrgicos que durou 16 dias e terminou com intervenção no sindicato. (PETERSEN et al., 1981, p. 33 -35).

No início de 1946 começam a surgir insinuações de que as greves eram insufladas por comunistas. (p. 38). Os dois casos que serão relatados a seguir exemplificam esta tendência: será mostrado como um “surto grevista” serviu de justificativa para a proibição de um comício dos comunistas em Porto Alegre e, ainda, a associação feita entre o Partido Comunista e uma possível greve geral.

Estava programado para a tarde de 23 de fevereiro de 1946 um comício no Largo da Prefeitura, contra a “carta fascista de 1937”. Na noite anterior, 30 membros do Partido Comunista, que faziam propaganda do comício, foram presos. O partido logo mobilizou seus advogados para providenciar a soltura dos companheiros. No dia seguinte, o Comitê Municipal mandou publicar nota no *Correio do Povo*, reclamando da “medida reacionária” do interventor federal que nas

vésperas do *meeting* havia negado a permissão para a realização do mesmo. Em carta recebida da Chefia de Polícia, e que reproduzia a nota do PCB, a autoridade policial informava que “esta medida é resultante da situação anormal em que se encontra o estado em decorrência do surto grevista”. (*CP*, 25.02.46, p. 10). O jornal também informa, em outra notícia, que “em cumprimento às determinações superiores, forças da Brigada Militar, do Exército e da força policial, integrada por elementos da Guarda Civil, estabeleceram o serviço de policiamento no Largo da Prefeitura Municipal”. (p. 20).

Nota-se, assim, o cuidado da polícia tanto reprimindo a propaganda do encontro, quanto proibindo a realização do mesmo e dispondo de consideráveis forças policiais para qualquer eventualidade. Na nota do Partido Comunista, apesar do protesto pela medida considerada reacionária, a agremiação reafirmou sua “decisão de lutar sem descanso pelo restabelecimento das liberdades democráticas conquistadas pelo povo da nossa cidade”. Ao mesmo tempo, e de acordo com as orientações gerais do partido neste momento, o Comitê Municipal acatou a decisão das autoridades. Conforme se lê na nota oficial, “obediente à sua orientação de defender a ordem e a tranqüilidade, o Partido Comunista resolveu cooperar com as autoridades policiais que, no caso, limitavam-se a cumprir ordens superiores”. (p. 10).

O propósito de cooperação, todavia, parece não ter sobrevivido por muito tempo, pois alguns dias depois, em 27 de fevereiro, o *Correio* divulgou a dissolução de um comício-relâmpago dos comunistas na Rua dos Andradas, esquina com a Rua Uruguai, no Centro da cidade. Tal comício teria iniciado pelas 11 horas da manhã. Em poucos minutos formara-se uma aglomeração no local, respondendo à voz de um orador. Informa a notícia que, “consoante as últimas determinações policiais, a realização de comícios, mesmo os de caráter “relâmpago”, estão [sic.] proibidos, de maneira terminante”. (*CP*, 27.02.46, p. 8).

No mesmo dia em que isto estava sendo publicado, o *Correio* trazia o relato de pronunciamento do Deputado Damaso Rocha, do PSD gaúcho, na Assembléia Constituinte. Na ocasião ele defendia o governo do Rio Grande do Sul de acusações que a este foram dirigidas por parlamentares comunistas (que reclamaram, em sessão da Constituinte, sobre a proibição do primeiro comício mencionado e sobre as prisões efetuadas). Além de defender o governo das acusações, o deputado fez uma advertência sobre o perigo de uma greve geral. Segundo ele, “todas as greves que já se verificaram no país foram provocadas pelos comunistas

[...]. Tais movimentos têm por objetivo acabar com o medo. Desde que este não exista, é lógico que qualquer movimento será levado a efeito com extrema facilidade”.

O deputado relacionou a greve dos mineiros, em curso no Rio Grande do Sul, com os comunistas, lembrando a visita que dois deputados do PCB – o gaúcho Abílio Fernandes e o pernambucano, Agostinho Dias de Oliveira – haviam feito a Arroio dos Ratos, na região mineradora. Segundo ele, “garantidos pelas imunidades parlamentares, eles terão no Rio Grande as mãos livres para agitar novas greves e preparar o movimento geral. Eles possuem uma técnica admirável e, assim, facilmente prepararão o golpe decisivo”. O deputado finalizou suas declarações chamando a atenção das autoridades que “devem estar alertas e impedir que se consumem os planos terríveis dos partidários do credo vermelho”. A visita de comunistas a Arroio dos Ratos e a Butiá, em solidariedade aos mineiros em greve, também teria sido acompanhada pelo escritor Dionélio Machado, futuro deputado estadual do PCB. (CP, 27.02.46, p. 8). Lá foi realizado um comício em solidariedade aos grevistas e, no final do mesmo, os representantes do PCB entregaram ao comitê de greve uma quantia de dinheiro coletada em favor das suas famílias e anunciaram que em breve estariam chegando gêneros e mantimentos de primeira necessidade. Depois, os comunistas seguiram para a cidade de Butiá.

Tanto em 1945 quanto em 1946, o tema da carestia perpassava as avaliações sobre as greves e vários outros problemas enfrentados pelo País. Parecia ser consenso que o pós-guerra trouxera uma situação difícil na qual setores antipatrióticos estariam alimentando uma tendência altista dos preços em geral. Por outro lado, os grevistas estariam enganados ao buscar melhores salários, já que estes seriam em seguida corroídos pela inflação.

Pode-se citar como exemplo de avaliação sobre os possíveis ganhos e enganos provenientes das greves, a forma como bancários e banqueiros avaliaram a greve do início de 1946. O *Correio do Povo* noticiou reunião ocorrida, na capital federal, entre os grevistas e seus patrões, com a intermediação do Ministro Negrão de Lima, na qual foi acertado o final do movimento. (CP, 13.02.46, p. 8). O representante dos banqueiros teria afirmado que já era tempo de se terminar com “a demagogia dos aumentos de salários”. Segundo ele, o que deveria ser feito era baixar o custo de vida. O representante dos bancários, por sua vez, retrucou que “as classes conservadoras deveriam cooperar no reerguimento da economia nacional, não procurando conseguir lucros maiores à custa da inflação

que empobreceu todos os trabalhadores”. Antes disso, o Ministro havia feito sua avaliação sobre a greve: “O recurso imediato à greve corresponde a um dispêndio inútil de energias e um incentivo a métodos que não são consentâneos com o desenvolvimento da vida pacífica e laboriosa do país.”

Se a greve, para patrões e autoridades, não era apropriada para as condições de vida pacífica e laboriosa do País, a repressão a atividades comunistas – como a proibição do comício em Porto Alegre e a prisão de militantes – também pareciam inaceitáveis para estes. Em correspondência enviada ao interventor no Rio Grande do Sul, Cillon Rosa, Luiz Carlos Prestes, assim se manifestou sobre os fatos da capital gaúcha: “Este ato constitui um grave atentado às liberdades democráticas e não tem nenhuma razão de ser quando a situação do país decorre em plena normalidade, sem que se justifique a suspensão arbitrária de garantias individuais”. (*CP*, 28.02.46, p. 3).

### 3 O governo Dutra e a mudança no clima político

A proibição de comícios comunistas e a associação entre greves e PCB não era, no entanto, apenas uma marca da política gaúcha. Pode-se dizer que isso fazia parte de uma mudança no “clima político” que marcou o ano de 1946, a partir de uma série de medidas tomadas pelo novo presidente da República, antes ainda da promulgação da nova Constituição, cujos trabalhos de elaboração iniciaram em 2 de fevereiro daquele ano.<sup>10</sup> Em 15 de março, Dutra aprovou o Decreto-Lei 9.070 “que tendia a suprimir o direito de greve ou a tornar a greve uma forma inócua de pressão dos trabalhadores”. (ABREU et al., 2001, p. 1.950). O mesmo decreto garantia a continuidade da legislação sindical de orientação corporativista. Além disso, o Ministério do Trabalho tomou medidas repressivas como a suspensão de eleições sindicais, intervenções em sindicatos e repressão ao Movimento Unitário dos Trabalhadores (MUT).

Neste mesmo clima, no final de março, iniciou a mobilização que levaria à cassação, cerca de um ano depois, do registro do PCB. Ao Tribunal Superior Eleitoral foi solicitado que procedesse ao cancelamento do registro, tendo em vista ser o partido uma “organização internacional a serviço de Moscou”. (p. 1.950). Isso já era a repercussão de um debate entre Prestes e Juracy Magalhães sobre a eventualidade de uma guerra entre Brasil e URSS e sobre a postura a ser assumida pelo PCB. O TSE

ordenou ao Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal que realizasse investigações sobre o partido.

Ao mesmo tempo, a Polícia do Distrito Federal, comandada por José Pereira Lira, tratava com rigor crescente as atividades comunistas e sindicais. Um exemplo deste tratamento foi dado num comício convocado pelo PCB para o dia 23 de maio, no Largo da Carioca, no Rio de Janeiro. O mesmo foi dispersado violentamente pela polícia, deixando, inclusive, um morto entre os manifestantes.

Antes deste incidente já haviam sido tomadas diversas medidas contra “os excessos da propaganda comunista”. Foi proibida, no Rio de Janeiro e em todos os estados, a realização de comícios no dia primeiro de maio de 1946. As comemorações deveriam ser realizadas conforme programa do Ministério do Trabalho ou no interior dos sindicatos, mas não em espaços públicos abertos. (CP, 01.05.46, p. 14). Houve protestos contra esta medida no seio da Assembléia Constituinte. (CP, 03.05.46, p.10). Os bancários gaúchos, reunidos em Congresso em Santa Maria, enviaram correspondência ao presidente Dutra protestando contra a proibição, “esperando [que] jamais se repitam tais atos atentatórios [aos] princípios democráticos vossência vem pregando”. (CP, 10.05.46, p. 6).

Outra medida foi a apreensão de material de propaganda do MUT e o fechamento da Sociedade Eslava no Rio e em diversas capitais do País. (CP, 01.05.46, p. 14). Esta entidade foi caracterizada como sendo uma “sociedade sem estatutos legais e composta de russos, iugoslavos, tchecos, poloneses, lituanos, etc., [que] a pretexto de difusão cultural, vinha desenvolvendo propaganda de um regime estrangeiro contrário às nossas instituições”. No início de maio também foi fechada a sede da Sociedade Eslava em Porto Alegre, que funcionava no Quarto Distrito. Seus arquivos e documentos foram apreendidos. (CP, 03.05.46, p. 10). Além disso, foram dadas ordens para o afastamento de militantes comunistas de funções de confiança da administração pública. (CP, 04.05.46, p. 10). Eles não seriam demitidos, mas perderiam suas comissões e poderiam ser transferidos de setor. A ação seria facilitada pelo envio a todas as repartições públicas de uma relação dos “servidores que atuam nas fileiras do Partido Comunista”, pelo Departamento Federal de Segurança Pública. (CP, 12.05.46, p. 24). Este quadro foi completado pela repressão ao comício comunista no Largo da Carioca, pelas apreensões do jornal *Tribuna Popular* e pelas reações de diversos setores da sociedade à campanha anticomunista do governo Dutra.

O tratamento dado ao comício não pareceu ser surpresa para os jornalistas já que “as providências postas em prática pelo governo deixavam parecer que não tardaria o emprego de força para o combate às expansões comunistas”. (CP, 24.04.46, p. 10). O comício tinha a intenção de comemorar o aniversário da legalidade do PCB, mas sua realização no Largo da Carioca não foi permitida pela Polícia que teria avisado ao partido, com 48 horas de antecedência, que o encontro deveria ser realizado em Ipanema. Porém, segundo a notícia, os comunistas resolveram fazê-lo no local original, para onde, desde o início da tarde do dia 23, começara a afluir o público. A Polícia Especial chegou e começou a dispersar os populares. Foi, em seguida, substituída pela cavalaria da Polícia Militar, frente à qual o povo começou a gritar: “Abaixo a reação”, “O povo quer liberdade”, ao mesmo tempo em que vaiava os policiais. A polícia disparou tiros para o ar, provocando uma correria. Propagaram-se boatos de que havia mortos e feridos no Largo. Os estabelecimentos comerciais fecharam suas portas. A normalidade só voltou pelas 19 horas. Luiz Carlos Prestes, ao contrário do esperado, não teria comparecido.

Através de comunicado oficial do Ministro da Justiça, no dia seguinte, sabe-se que o saldo foi de 34 feridos e um morto. (CP, 25.05.46, p. 5). Góis Monteiro, Ministro da Guerra, em manifestação à imprensa, considerou que os acontecimentos do Largo da Carioca “valeram como uma advertência a mais do propósito de provocar desordens, em que está empenhado o Partido Comunista”. (p. 5). Dentro de uma ótica diferente, a Associação dos Ex-Combatentes Brasileiros protestou contra as “violências praticadas a cidadãos usando a liberdade de reunião”. Considerou o acontecido “grave atentado à memória dos companheiros tombados na luta em prol da democracia”. (p. 5).

Após estes fatos, foram proibidos os comícios em geral, que só poderiam ser realizados em locais fechados e tendo sido avisada a polícia. Em consequência disso, foi proibida uma concentração comunista em Porto Alegre, que seria realizada no Quarto Distrito. (CP, 26.05.46, p. 22).

Nos meses de julho e agosto de 1946, têm-se notícias de freqüentes apreensões do jornal comunista *Tribuna Popular*, no Rio, como continuidade da campanha anticomunista do governo Dutra. O chefe de polícia, Pereira Lira, no entanto, não considerava suficiente o que estava sendo feito. Em entrevista em julho daquele ano, convocou a Nação toda para a campanha em curso, mobilizando a idéia de unidade e a necessidade do abandono de divergências, em prol do Brasil:

É preciso mobilizar todas as classes, conchamar os jornalistas, atrair o magistério, animar os estudantes, arregimentar os trabalhadores, invocar as forças espirituais, pôr as mulheres do Brasil a serviço da causa e ninguém deixar na inatividade e no comodismo. Não pode nem deve haver divergências políticas em face desta ameaça: pôr o Brasil fora do perigo ou a escravidão. (CP, 25.07.46, p. 10).

As constantes apreensões da *Tribuna Popular* eram justificadas por Pereira Lira pelo órgão estar instigando o público ao cometimento de crimes contra a ordem social. (CP, 27.07.46, p. 8). As apreensões foram alvo do protesto de Pedro Pomar, diretor do jornal, que assim se dirigiu ao Presidente da República:

Confiamos em que o patriotismo de V. Excia. porá fim a estas inomináveis violências, compreendendo que este clima de insegurança e abusos está em contradição com as palavras contidas no discurso de V. Excia. quando assegurou querer ser o presidente de todos os brasileiros, assim como com os compromissos assumidos pelo Brasil junto às Nações Unidas, além de se incompatibilizar com o povo que o elegeu. (p. 8).

No mês seguinte, após novas apreensões do mesmo jornal, o *Correio do Povo* divulgou manifestações de outras entidades da sociedade civil, entre elas, duas de Porto Alegre: a Associação Rio-Grandense de Imprensa e o Sindicato dos Jornalistas. Este lembrou que a apreensão atentava contra o livre-exercício da profissão e o inalienável direito de crítica, os quais seriam condições indispensáveis para o verdadeiro clima democrático no qual o Brasil tinha recém se reintegrado, “dentro dos princípios pelos quais lutaram [e] morreram nossos irmãos [em] terras [da] Europa”. (CP, 17.08.46).<sup>11</sup>

No que se refere à cassação do registro do PCB, feitos os estudos solicitados, o TRE do Distrito Federal acusou o partido de duplicidade de estatutos. Depois de intensos debates, que repercutiram no Parlamento e na imprensa, o TSE julgou o caso em 7 de maio de 1947 e, por três votos a dois, decidiu pelo fechamento do partido. Logo, veio à tona, a necessidade de cassar os mandatos dos representantes comunistas (eleitos em dezembro de 1945 e janeiro de 1947) e de preencher suas vagas.<sup>12</sup>

O fechamento do partido também deve ser entendido no seio de transformações do quadro internacional, numa situação em que cada vez mais, “o Brasil se alinhava ao lado dos Estados Unidos, enquanto o

PCB se colocava ao lado da URSS”. (ABREU, 2001, p. 4.269). E, se, por um lado, o governo brasileiro foi tomando medidas para cercar a atuação dos comunistas, estes, como resposta, foram radicalizando suas posições, inicialmente contra o capital estrangeiro e o imperialismo e mais tarde contra o governo Dutra que, no início, teve o seu apoio.

Ainda que tenham sido trabalhados neste artigo apenas três aspectos da conjuntura política de 1945-1947 – os propósitos de ordem e União Nacional, a associação entre greves e comunismo e as medidas repressivas do governo Dutra – foi possível captar a transição entre um clima de abertura e outro de fechamento político e também perceber diferentes direções na argumentação anticomunista.

Nas situações apresentadas ao longo do artigo, pode-se destacar, em primeiro lugar, o anticomunismo que teve Luiz Carlos Prestes como alvo. Em 1945, o Secretário-Geral do PCB era caracterizado como um grande líder nacional e sua faceta de herói – resistindo à prisão de quase uma década – se sobressaía, capitalizando votos e simpatias. Ao longo de 1946, isso começa a mudar. O principal ponto de inflexão parece ser aquele das declarações sobre uma possível guerra entre Brasil e URSS, e o conflito no Largo da Carioca. Antes disso, porém, Prestes foi duramente criticado por setores da direita e da esquerda por sua aproximação a Vargas e pelos rumos que dava ao PCB. Mas estas críticas não tinham um caráter anticomunista. Não mobilizavam, por exemplo, imagens relacionadas à “intentona” comunista e à traição à pátria. Mas é bom lembrar que ainda em 1945, a Igreja Católica, especialmente através da Liga Eleitoral Católica já fazia fortes críticas anticomunistas a Prestes. A proposta da União Nacional não era criticada pelo significado da aproximação com Vargas, mas sim, encarada como uma manobra de “lobos vestidos de cordeiros”.

Pode-se dizer que o outro alvo do anticomunismo foi o processo de reorganização do PCB, muito bem-sucedido no período em estudo, com a formação de células, comitês municipais, estaduais e nacional, postos de alistamento eleitoral, comícios, publicação de jornais e com bons resultados nas eleições. Contra este processo, levantaram-se, além da Igreja, os clamores da imprensa, de parte dos partidos políticos e da Justiça Eleitoral, ansiosos em encontrar uma maneira de cassar o registro do partido e ocupar as vagas dos parlamentares cassados. Aí foram mobilizados argumentos como aqueles da estrangeiridade do partido, da traição à pátria e do disfarce dos seus reais propósitos.

Um terceiro alvo do anticomunismo foi a mobilização sindical que marcou os anos de 1945 e 1946. Ao longo do período, as greves passaram a ser vistas como exclusivamente insufladas por aproveitadores, que estariam prontos a colocar em risco as condições de normalidade democrática, há pouco, conquistadas. Dentro desta lógica, se, em 1945, o tempo era de incertezas, a ordem se fazia necessária. Em 1946, a democracia já estaria consolidada e, nela, não haveria espaço para manifestações grevistas, as quais passaram a ser vistas como obra dos comunistas. A forma de encarar as greves foi se deteriorando na mesma proporção em que cresceram os ataques aos comunistas.

É claro que existiram muitas pontes entre estes alvos. As críticas às declarações de Prestes sobre a guerra entre Brasil e URSS desencadearam um processo que levou ao fechamento do PCB; o medo do crescimento do partido repercutiu em repressão ao movimento sindical; esta repressão se autojustificou em argumentos já conhecidos a respeito do “perigo vermelho” representado por lideranças infiltradas e que, portanto, não eram legítimas representantes da classe trabalhadora. A “laboriosa e ordeira” classe trabalhadora, então, foi contraposta aos agitadores comunistas. Em 1945 esta contraposição não teve muito destaque, possivelmente devido ao quase-consenso criado em torno da necessidade de ordem e de unidade nacionais.

O conjunto dos protagonistas analisados concordava em termos gerais, em 1945, com a necessidade da manutenção de uma postura de colaboração nacional: o momento era de transição e estava se processando a entrada do País no terreno democrático por meio de um caminho marcado por esperanças e dúvidas. Vislumbrava-se a inauguração de novos tempos em 1946. Este, pelo menos, era o desejo dos comunistas. Mas eles se viram frustrados já que o seu próprio crescimento e o lugar ocupado na cena pública serviram de argumento para uma campanha de combate, na qual foram muitos os participantes.

Em 1946, aquela sensibilidade de esquerda e aquele propósito de colaboração foram perdendo espaço. O processo se completou em 1947. O governo Dutra deixou clara sua faceta conservadora e seu alinhamento com os Estados Unidos na, recentemente declarada, guerra fria.

Ficou para trás a encruzilhada, com suas incertezas e possibilidades.

## Notas

<sup>i</sup> O texto é resultado do projeto de pesquisa “O anticomunismo brasileiro nas encruzilhadas do autoritarismo e da democracia: a conjuntura 1945-1947”, desenvolvido na UFRGS, com o apoio financeiro da Fapergs. A pesquisa empírica foi feita com o auxílio dos estudantes de História Gustavo Coelho Farias, Caroline P. Leal e Marcelo Müller (voluntários), bem como da estudante Marisângela Antunes Martins, com Bolsa de Iniciação Científica da Fapergs, desde março de 2004.

<sup>ii</sup> Estiveram presentes nesta visita: Abílio Fernandes, Orestes Timbaúva Rodrigues, Isaac Aceburd, José Freire e Otto Alcides Ohlweiller, todos membros do Comitê Estadual do Rio Grande do Sul.

<sup>iii</sup> Segundo Osvaldo Aranha, durante a Guerra, a sede da LDN “esteve sempre aberta aos comunistas e elementos de todas as correntes. Nesse tempo ela era, realmente, o único refúgio para reuniões e iniciativas cívicas”. Esta fala é de janeiro de 1946, quando foi proibido que o PC continuasse a funcionar na sede da Liga, no Rio de Janeiro. *Correio do Povo*, p. 5; jan. 1946, p. 8.

<sup>iv</sup> Veja-se PRESTES, Anita Leocádia. *Da insurreição armada (1935) à “União Nacional” (1938-1945): a virada tática na política do PCB*. São Paulo: Paz e Terra, 2001; KAREPOVS, Dainis. *Luta subterrânea: o PCB em 1937-1938*. São Paulo: Hucitec, Ed. da Unesp, 2001.

<sup>v</sup> Pelas páginas do *Correio do Povo* é possível saber que os Comitês Pró-Candidatura de Getúlio Vargas estavam sendo instalados em diversos municípios gaúchos: Pelotas (de acordo com notícia de 21 de julho), Santa Maria, Farrroupilha e Caxias do Sul (24 de julho), Passo Fundo (26 de julho).

<sup>vi</sup> Sobre os embates entre a LEC e o PCB em Porto Alegre nas eleições ocorridas em 1945 e 1947, veja-se: RODEGHERO, Carla Simone. *Confrontos no pós-guerra – o anticomunismo*

e as eleições de 1945 e 1947 em Porto Alegre. *História Hoje – Revista Eletrônica de História*, v. 3, n. 8, dez. 2005.

<sup>vii</sup> Mais do que explorar os movimentos grevistas, aqui interessa mostrar de que forma tais movimentos foram relacionados com os “novos tempos” e até que ponto as representações anticomunistas serviram para avaliar e caracterizar as greves e os envolvidos nelas.

<sup>viii</sup> As greves em questão também são objeto do Capítulo 11 de FORTES, Alexandre. *Nós do Quarto Distrito: a classe trabalhadora e a era Vargas*. Caixas do Sul: Educus, 2004, que tem como principal fonte sobre as greves de 1945 o estudo de MOURE, Telmo. *O operariado do Rio Grande do Sul e o Estado (janeiro a abril de 1945)*. 1979. Monografia (bacharelado em História) – UFRGS, Porto Alegre, 1979.

<sup>ix</sup> Entre as entidades sindicais que assinam o manifesto, podem-se citar: Federação dos empregados no comércio do RS; Federação dos Trabalhadores da Indústria do Vestiário; Federação dos Trabalhadores da Indústria da Construção e Mobiliário, Federação dos Trabalhadores na Indústria Metalúrgica, Mecânica e de Material Elétrico; Federação dos Trabalhadores na Indústria da Alimentação.

<sup>x</sup> Sobre o anticomunismo ao longo do governo Dutra, veja-se: AZEVEDO, Débora B. *Em nome da ordem: democracia e combate ao comunismo no Brasil (1946-1950)*. 1992. Dissertação (Mestrado em História) – UnB, Brasília, 1992.

<sup>xi</sup> Alguns dias depois, tem-se conhecimento de que membros da Assembléia Constituinte e o Centro D. Vital também protestaram quanto ao fato junto ao Ministério da Justiça. *Correio do Povo*, 21 de agosto de 1946, p. 10.

<sup>xii</sup> Segundo o *Dicionário histórico-biográfico brasileiro – pós-30*, p. 4.270 (Verbete Partido Comunista do Brasil), v. 4, quando o partido foi fechado, 123 células tiveram suas atividades encerradas em Porto Alegre.

## Referências

- ABREU, Alzira A. et al. (Org.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro: pós-30*. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2001.
- AZEVEDO, Débora B. *Em nome da ordem: democracia e combate ao comunismo no Brasil (1946-1950)*. 1992. Dissertação (Mestrado em História) – UnB, 1992.
- CALIL, Gilberto. *O integralismo no pós-guerra: a formação do PRP (1945-1950)*. Porto Alegre: Edipucrs, 2001.
- FERRAZ, Francisco C. A. Os veteranos da FEB e a sociedade brasileira. In: CASTRO, Celso (Org.). *Nova história militar brasileira*. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2004.
- FERREIRA, Jorge. A democratização de 1945 e o movimento queremista. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de A. N. (Org.). *O Brasil republicano: o tempo da experiência democrática*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, v. 3.
- FORTES, Alexandre. *Nós do Quarto Distrito: a classe trabalhadora e a era Vargas*. Caxias do Sul: Educus, 2004.
- IUMATTI, Paulo T. *Diários políticos de Caio Prado Júnior – 1945*. São Paulo: Brasiliense, 1999.
- KAREPOVS, Dainis. *Luta subterrânea: o PCB em 1937-1938*. São Paulo: Hucitec; Ed. da Unesp, 2003.
- MARTINS, Marisângela. Problematizando o imaginário: limites e potencialidades de um conceito em construção: o imaginário da militância comunista de Porto Alegre (1945-1947). *Revista Eletrônica Labirinto*, Rondônia: Centro de Estudos do Imaginário da Universidade Federal de Rondônia, ano V, n. 8, jul./dez. 2005. Disponível em: (<http://www.cei.unir.br/artigo80.html>).
- NOLL, Maria Izabel; TRINDADE, Hégio (Org.). *Estatísticas eleitorais comparativas do Rio Grande do Sul (1945-1994)*. Porto Alegre: Ed. da Universidade – UFRGS; Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 1995.
- PANDOLFI, Dulce. *Camaradas e companheiros: memória e história do PCB*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.
- PETERSEN, Aura T. et al. *1981: movimentos grevistas no Rio Grande do Sul de 1945 a 1979*. Porto Alegre: Edipucrs, 1981. v. 1. Mimeografado.
- PRESTES, Anita Leocádia. *Da insurreição armada (1935) à “União Nacional” (1938-1945): a virada tática na política do PCB*. São Paulo: Paz e Terra, 2001.
- RODEGHERO, Carla Simone. Confrontos no pós-guerra: o anticomunismo e as eleições de 1945 e 1947 em Porto Alegre. *História Hoje – Revista Eletrônica de História*, v. 3, n. 8, dez. 2005.

Artigo recebido em setembro de 2006. Aprovado em novembro de 2006.